



João Gago da Câmara

Paralelo 38 Aqui os sinos dobram

A rua chama-se de Santo Espírito. Mostra-se cinzenta, fria, deserta, triste. Espera gente, mas por enquanto está só. Adivinhamos o mesmo cenário nas restantes ruas de todas as cidades, vilas, aldeias e lugares açorianos. No canto em baixo, frente ao Pátio da Alfândega, está a igreja da Misericórdia, de traça antiga, branca e azul claro, cores que inspiram saúde, não tivesse ela sido outrora o hospital de Angra do Heroísmo. Mantém-se indiferente, exceto às horas e às meias horas quando dobra insistentemente os sinos. Desperta Angra dos pesadelos, ecoando sons de esperança, que desejamos nunca serem de finados. Este templo quinhentista, que deu as boas-vindas a descobridores portugueses e saudou o Rei de Portugal desembarcado, apela hoje à coragem e à resistência ... Apelará certamente também à paciência e ao bom senso dos mais descuidados e desatentos.

Na sala interior do segundo andar de uma casa alta a meio da rua, apenas iluminada no interior pela luz difusa dos janelões da cozinha, fazemos *zapping*, percorrendo os canais à procura de informação. As notícias vão caindo em catadupa, e a cada hora o mundo muda, abalando o silêncio e o nosso bem-estar. O que ouvimos e vemos na tela

bidimensional amedronta, deprime. O novo coronavírus alastra pelo mundo. Sai da China. Infeta os países vizinhos e entra na Europa, através de Itália, de forma brutal. O que se passou para que Itália não tivesse levado a China a sério? E as medidas de combate, sempre tardias ... o "animal" é inteligente e antecipa-se.

Misturam-se liberdades, democracias, com quarentenas, isolamentos, estados de emergência e calamidade. Assuntos tratados com pinças como se se estivesse a pisar ovos. E cá, nos Açores, olhando para o desastre em Itália, as pessoas são, para já, todas de Wuhan, bloqueando-se em casa, indiferentes às tricas políticas. Haverá mais mundo depois do vírus, se estancarmos a sua transmissão e o matarmos por falta de hospedeiros. Aos políticos o que é dos políticos. Estamos em modo de sobrevivência.

Correm dúvidas maliciosas nas redes sociais. Que vírus é este? Alguém o criou? Terá sido Trump? Os chineses? Impossível! Teorias da conspiração. Correm recomendações em todos os media. Deixar os sapatos do lado de fora da porta! Ficar em casa! Sair apenas para comprar comida e medicamentos! Tomar duche e pôr a roupa a lavar depois de uma

saída necessária! Limpar as superfícies! Desinfetar maçanetas e interruptores! Lavar as patas dos cães! Lavar as mãos! Não tocar em ninguém! Não cumprimentar de beijo ou aperto de mão e manter uma distância de segurança nunca inferior a três metros! E não sei que mais! Mais vale o excesso do que o descuido. Recheamos a despensa para nos aguentarmos semanas a fio sem sair à rua. E já não há álcool à venda, nem desinfetante, nem máscaras. Ainda ontem ríamos dos que andavam a comprá-los!

O Presidente do Governo Regional dos Açores pede ao Primeiro-Ministro o encerramento imediato dos aeroportos açorianos. No momento em que escrevemos esta crónica, a Região Autónoma regista vinte e dois casos de contaminação. Porque não? Parece razoável. Urge uma intervenção direta do Presidente da República.

O vírus separa famílias, empresas fecham, o governo da República não define uma estratégia de ataque imediato e convincente à perda de liquidez das pequenas e médias empresas, o medo da insubstituição instala-se. As ilhas tendem a mergulhar em si próprias. Hoje, o adeus açoriano é, como dizem os mais velhos das ilhas, haja saúde!



Alexandra Manes *

A democracia não está suspensa

Foi declarado estado de emergência, uma prerrogativa da Constituição, herdeira do 25 de abril. Não sendo, por conseguinte, uma medida antidemocrática porquanto enquadrada e justificada. Sinal disso são os critérios que presidem à sua aplicação, a qual não depende única e exclusivamente do Presidente da República, tendo de ter o aval quer do Governo quer da Assembleia da República e a auscultação às Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas.

Sendo eu filha de Abril e acérrima defensora da garantia de direitos e liberdades, parece-me que ninguém ficou (ou está) confortável com o voto favorável que confirmou o estado de emergência, nem mesmo quem o propôs, assim como ninguém ficaria confortável se votasse contra.

Este não é o tempo para se ficar confortável, mesmo sabendo que a incerteza é, na vasta maioria dos casos, a justificação para a abstenção. Mas a incerteza, neste caso, não é uma propriedade exclusiva da nossa perspectiva sobre esta crise. A incerteza é o que política e tecnicamente marca esta crise.

Bem sabemos que só no ano passado tivemos mais vítimas mortais, em Portugal, provocadas pela gripe sazonal do que aquelas registadas, até agora, resultantes do COVID19 - e tomara que essa seja uma realidade no

final desta crise.

Não podemos ignorar que, de acordo com a perspectiva científica, quanto mais cedo e integral for o confinamento das pessoas, mais cedo voltaremos à quase normalidade das nossas vidas, mesmo sabendo que a normalidade não será aquela a que nos habituamos.

Creio que este não é o tempo para debater acerca do aprofundamento do processo autonómico e se a CEVE-RA deveria ter previsto e considerado o estado de emergência - bem ao jeito da expressão popular «se o meu tio não tivesse morrido ontem ainda estaria vivo».

Fazer desta decisão um meio para separar democratas de antidemocratas e autonomistas de antiautonomistas é de um aproveitamento político atroz. Essa é uma separação que só fará sentido, uma vez ultrapassada a disseminação deste vírus e quando tivermos que lidar com as consequências de todas as decisões políticas e técnicas, porque nem umas, nem outras são infalíveis.

O nosso regime autonómico nunca colocou em causa o carácter unitário do Estado, sobretudo no que toca às políticas de Defesa, Negócios Estrangeiros e Administração Interna. Quem tiver ideias mais avançadas já entrou no campo do independentismo, aproveitando-se deste momento para fazer render os ideais mantidos em «lume brando» durante o regime autonómico.

Reza o bom senso, e já agora a própria Constituição, as normas inerentes à aplicação do Estado de Emergência e o carácter autonómico dos Serviços de Proteção Civil das Regiões Autónomas, que quaisquer normas da República sejam adaptadas à realidade da Região através da audição do Governo Regional.

Por cá, é fundamental que se criem as condições de funcionamento na Comissão Permanente, a qual não substitui o plenário, mas que cumprirá o papel de promoção do debate e fiscalização política do Governo, não ficando de forma alguma a democracia suspensa - nunca esteve e não estará.

É de salientar a importância crucial do Estado e dos serviços públicos em situações de crise. O que seria deste país se tudo tivesse sido privatizado? O que seria desta Região se a SATA tivesse sido privatizada? Estas são questões que se impõem e que muitos liberais, nestes tempos que correm, até já exortaram o Estado a intervir na economia.

Saúde e muita responsabilidade para que possamos comemorar as portas que Abril abriu - aqueles e aquelas que prezam essas conquistas, claro está.